

SECRETARIA EXECUTIVA

1 No segundo dia do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte cinco, às oito horas e trinta
2 minutos, parte dos Conselheiros do COPAM dirigiram-se ao auditório da SUDEMA, para
3 participação de forma presencial e parte dirigiram-se a sala virtual da Plataforma Google
4 Meet para participação virtual, através do Link: <https://meet.google.com/umi-pqev-brz>. A
5 reunião foi conduzida pelo Presidente Substituto do COPAM, Dr. Marcelo Antônio C.
6 Cavalcanti de Albuquerque, cumprindo o disposto na Pauta da 809ª Reunião Ordinária, que
7 passou a análise do Item 01 – Abertura da Sessão e verificação do “QUÓRUM”, momento em
8 que foi confirmada a presença dos seguintes Conselheiros: Eng.º Luís Eduardo de Vasconcelos
9 Chaves – CREA (virtual), Eng.º Henrique Candeia Formiga – CREA (presencial), Eng.º Domingos
10 de Lelis Filho – CREA (virtual), Eng. Eng.º Giovanni di Lorenzo Trigueiro – CREA (presencial),
11 Eng.º Regeildo Costa – CREA (virtual), Biol. Nino Tavares Amazonas – IBAMA (virtual), Dr.
12 Ronilson José da Paz – IBAMA (presencial), Adv. Jaciana da Silva Oliveira Lima – CIEP (virtual),
13 Adv. Ítalo Ricardo Amorim Nunes – SUDEMA (presencial), Eng.ª Natalia Angela Pessoa
14 Fernandes da Silva – SUDEMA (presencial), Eng.ª Alcienia Silva Albuquerque – SUDEMA
15 (virtual), Adv. Priscila Marsicano Soares Negri – SUDEMA (presencial), Umbelino José Peregrino
16 – SUDEMA (presencial), Eng.ª Claudia Coutinho Nóbrega – ABES (virtual), Eng.º José Walter
17 Borborema Arcoverde – FIEP (virtual), Adv. Romulo Hamad Pereira – FIEP (virtual), Biol. George
18 Emmanuel Cavalcanti de Miranda – APAN (virtual). **Item 2 - Discussão da Ata da 808ª Reunião**
19 **Ordinária do COPAM: 2.1. Votação da Ata da 808ª Reunião Ordinária do COPAM.** A Ata foi
20 aprovada por **unanimidade** dos presentes. **Item 3 - Leitura e Discussão do Expediente.** A
21 Secretária Executiva do COPAM, Roanny Viana de Barros, justificou a ausência da Presidente do
22 Conselho, Dra. Isis Rafaela Rodrigues da Silva, em razão de compromissos previamente agendados.
23 Na sequência, consignou o cadastramento prévio encaminhado ao e-mail institucional do COPAM
24 pelos seguintes participantes: Representantes da empresa MAMOABA AGRO PASTORIL S.A.,
25 referentes aos Processos SUDEMA nº 2025-006099/TEC/RLO-0593, 2024-002940/TEC/LOP-
26 0007, 2025-004925/TEC/RLO-0493, 2024-004059/TEC/LO-0215 e 2024-002537/TEC/RLO-0535:
27 Pollyana Carla de Araujo Moura (solicitação de sustentação oral), Adeilson Ferreira da Silva,
28 Francisco Antônio Pereira Marins, João Renato de Medeiros Souza e Raphaell José Henrique
29 Oliveira Wanderley; Representante do Processo SUDEMA nº 2022-003800/TEC/AA-0260 –
30 WILLEM GERMAIN LEMMENS: Marina Motta Benevides Gadelha (solicitação de sustentação
31 oral); Representantes do Processo SUDEMA nº 2025-005503/TEC/LI-0194 – ANDRÉ MAROJA
32 PEDROSA: André Maroja (solicitação de sustentação oral) e Vanderli Camilo de Melo; Como
33 ouvinte: Papilon Miller de Araújo (não foi verificada a participação durante a reunião). Registrou-
34 se, ainda, a participação de Goldie Coutinho, Chefe de Gabinete da SUDEMA. Ressalta-se que o
35 Conselheiro José Walter Borborema Arcoverde se ausentou da reunião durante a apreciação do item
36 4.1; e que a Conselheira Claudia Coutinho Nóbrega, bem como os Conselheiros George Emmanuel
37 Cavalcanti de Miranda, Domingos de Lelis Filho, Ítalo Ricardo Amorim Nunes e Luís Eduardo de
38 Vasconcelos Chaves, necessitaram se retirar durante o item 4.11. Salienta-se, por fim, que o
39 Conselheiro Suplente do IBAMA, Dr. Ronilson José da Paz, atuou como relator dos itens 4.1 a 4.8.
40 Após a apresentação dos respectivos votos, o Conselheiro Titular do IBAMA, Nino Tavares
41 Amazonas, passou a participar da reunião com direito a voto nos itens 4.9 e 4.10. Tendo este se
42 ausentado durante o item 4.11, o Conselheiro Suplente voltou a exercer o voto como representante
43 da entidade. **4. Ordem do dia: 4.1. Discussão sobre a Minuta de Deliberação que dispõe sobre**
44 **os procedimentos a serem adotados pela Divisão de Fiscalização – DIFI da SUDEMA em**
45 **relação a empreendimentos licenciados por municípios que não se encontram habilitados**
46 **junto ao COPAM, em conformidade com a Deliberação nº 5.302/2022. Conselheiro Relator:**
47 **Ronilson José da Paz – IBAMA.** Após leitura do relato, o Plenário aprovou, **por unanimidade**, o
48 Parecer do Conselheiro Relator sendo favorável a Deliberação que dispõe sobre os procedimentos a

49 serem adotados pela Divisão de Fiscalização – DIFI da SUDEMA em relação a empreendimentos
50 licenciados por municípios que não se encontram habilitados junto ao COPAM, em conformidade
51 com a Deliberação nº 5.302/2022, no que segue: **O CONSELHO DE PROTEÇÃO**
52 **AMBIENTAL DO ESTADO DA PARAÍBA - COPAM, em sua 809ª Reunião Ordinária,**
53 **realizada em 02 de dezembro de 2025, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela**
54 **Constituição do Estado da Paraíba de 1989, pela Lei nº 4.335/1981, modificada pela Lei nº**
55 **6.757/1999, regulamentada pelo Decreto nº 41.560/2021, tendo em vista o disposto em seu**
56 **Regimento Interno, de 12 de novembro de 1991. CONSIDERANDO** a necessidade de garantir a
57 legalidade e a eficácia dos atos de licenciamento ambiental no Estado da Paraíba;
58 **CONSIDERANDO** que a Deliberação COPAM nº 5.302/2022 estabelece as tipologias para o
59 licenciamento ambiental municipal de empreendimentos e atividades que causem ou possam causar
60 impacto ambiental de âmbito local, nos termos do art. 9º, inciso XIV, alínea “a”, da Lei
61 Complementar nº 140/2011, bem como os requisitos e procedimentos para habilitação dos
62 municípios, com fins ao pleno exercício da gestão ambiental descentralizada no Estado da Paraíba;
63 **CONSIDERANDO** que alguns municípios ainda não se encontram habilitados junto ao COPAM, e
64 seguem outorgando licenças ambientais e extrapolando sua competência licenciatória sem
65 atendimento ao regramento estabelecido por este Conselho e pela legislação ambiental vigente;
66 **CONSIDERANDO** a competência fiscalizatória da Divisão de Fiscalização - DIFI, da
67 Superintendência de Administração do Meio Ambiente - SUDEMA, no acompanhamento, controle
68 e regularização das atividades e empreendimentos utilizadores de recursos naturais e/ou causadores
69 de efetivo ou potencial impacto ambiental; **DELIBERA: Art. 1º** A Divisão de Fiscalização - DIFI
70 deverá adotar os seguintes procedimentos em relação aos empreendimentos que possuam
71 licenciamento ambiental emitido por municípios não habilitados ou que estejam extrapolando sua
72 competência, nos termos da Deliberação COPAM nº 5.302/2022: I - Expedir notificação formal ao
73 empreendimento, concedendo o prazo de 60 (sessenta) dias, podendo ser prorrogado por igual
74 período, para que seja regularizada a sua situação junto ao órgão ambiental competente; II - A
75 notificação deverá indicar expressamente a irregularidade, a fundamentação legal e as providências
76 que deverão ser adotadas e o prazo para cumprimento; e III - Findo o prazo sem o devido
77 cumprimento das exigências, serão adotados os procedimentos administrativos e legais cabíveis,
78 incluindo a lavratura de autos de infração, embargo da atividade e comunicação ao Ministério
79 Público, quando necessário. **Art. 2º** A SUDEMA deverá encaminhar ao Ministério Público Estadual
80 as informações apuradas em relação à conduta do município no que diz respeito à concessão de
81 licenças ambientais sem a competência legal, além de dar conhecimento ao ente municipal acerca
82 das providências realizadas. **Art. 3º** Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação,
83 revogando-se as disposições em contrário. **4.2. Análise do Processo SUDEMA nº SUD-PRC-**
84 **2022/06648 - BRITAMIX INDÚSTRIA E COMÉRCIO EIRELI - Tipo de processo:** Auto de
85 **Infração Nº 21318 – Fazer funcionar estabelecimento potencialmente poluidor, lavra de granito,**
86 **sem licença ou autorização do órgão ambiental competente. Local da Infração:** Sítio Marinho,
87 **S/N, Zona Rural, Massaranduba-PB. Conselheiro Relator: Ronilson José da Paz – IBAMA.** Após
88 leitura do relato, discussão e votação, o Plenário aprovou, **por unanimidade**, o Parecer do
89 Conselheiro Relator, sendo favorável pela manutenção do Auto de Infração Nº 21318, em desfavor
90 da empresa **BRITAMIX INDÚSTRIA E COMÉRCIO EIRELI**, mantendo o valor da multa
91 aplicada em R\$ 1.000,00 (mil reais) com a devida atualização prescrita pela taxa de juros SELIC –
92 Sistema Especial de Liquidação e de Custódia, com a possibilidade da concessão do benefício do
93 desconto de 30% (trinta por cento), em acordo com o que dispõe o § 2º, do art. 113 do Decreto
94 Federal nº 6.514/2008. **4.3. Análise do Processo SUDEMA nº SUD-PRC-2022/06649 -**
95 **BRITAMIX INDÚSTRIA E COMÉRCIO EIRELI - Tipo de processo:** Auto de Infração Nº
96 **21319 – Fazer funcionar estabelecimento potencialmente poluidor, lavra e britagem de granito, sem**
97 **licença ou autorização do órgão ambiental competente. Local da Infração:** Sítio Marinho, S/N,
98 **Zona Rural, Massaranduba-PB. Conselheiro Relator: Ronilson José da Paz – IBAMA.** Após
99 leitura do relato, discussão e votação, o Plenário aprovou, **por unanimidade**, o Parecer do

100 Conselheiro Relator sendo favorável pela manutenção do Auto de Infração Nº 21319, em desfavor
101 da empresa **BRITAMIX INDÚSTRIA E COMÉRCIO EIRELI**, mantendo o valor da multa
102 aplicada em R\$ 1.000,00 (mil reais) com a devida atualização prescrita pela taxa de juros SELIC –
103 Sistema Especial de Liquidação e de Custódia, com a possibilidade da concessão do benefício do
104 desconto de 30% (trinta por cento), em acordo com o que dispõe o § 2º, do art. 113 do Decreto
105 Federal nº 6.514/2008. **4.4. Análise do Processo SUDEMA nº 2025-006099/TEC/RLO-0593 -**
106 **MAMOABA AGRO PASTORIL S.A. – Em Recuperação Judicial - Tipo de processo:** Pedido
107 de análise do documento “Pronunciamento Mamoaba Agro Pastoril – Nota Técnica Janeiro 2025
108 CAEIA-SUDEMA”, afastamento de exigência de EIA/RIMA considerando a individualização e
109 independência dos processos minerários; ausência de supressão significativa de vegetação nativa;
110 plena conformidade com a legislação ambiental aplicável; natureza agrícola e antropizada das áreas
111 de lavra; reconhecimento da regularidade dos processos minerários em andamento, permitindo-se
112 sua continuidade conforme os estudos e licenciamentos específicos. **Local do empreendimento:**
113 Fazenda Mamoaba, Zona Rural, Pedras de Fogo-PB. **4.5. Análise do Processo SUDEMA nº 2024-**
114 **002940/TEC/LOP-0007 - MAMOABA AGRO PASTORIL S.A. – Em Recuperação Judicial -**
115 **Tipo de processo:** Pedido de análise do documento “Pronunciamento Mamoaba Agro Pastoril –
116 Nota Técnica Janeiro 2025 CAEIA-SUDEMA”, afastamento de exigência de EIA/RIMA
117 considerando a individualização e independência dos processos minerários; ausência de supressão
118 significativa de vegetação nativa; plena conformidade com a legislação ambiental aplicável;
119 natureza agrícola e antropizada das áreas de lavra; reconhecimento da regularidade dos processos
120 minerários em andamento, permitindo-se sua continuidade conforme os estudos e licenciamentos
121 específicos. **Local do empreendimento:** Fazenda Mamoaba, Zona Rural, Pedras de Fogo-PB. **4.6.**
122 **Análise do Processo SUDEMA nº 2025-004925/TEC/RLO-0493 - MAMOABA AGRO**
123 **PASTORIL S.A. – Em Recuperação Judicial - Tipo de processo:** Pedido de análise do
124 documento “Pronunciamento Mamoaba Agro Pastoril – Nota Técnica Janeiro 2025 CAEIA-
125 SUDEMA”, afastamento de exigência de EIA/RIMA considerando a individualização e
126 independência dos processos minerários; ausência de supressão significativa de vegetação nativa;
127 plena conformidade com a legislação ambiental aplicável; natureza agrícola e antropizada das áreas
128 de lavra; reconhecimento da regularidade dos processos minerários em andamento, permitindo-se
129 sua continuidade conforme os estudos e licenciamentos específicos. **Local do empreendimento:**
130 Fazenda Mamoaba, Zona Rural, Pedras de Fogo-PB. **4.7. Análise do Processo SUDEMA nº 2024-**
131 **004059/TEC/LO-0215 - MAMOABA AGRO PASTORIL S.A. – Em Recuperação Judicial -**
132 **Tipo de processo:** Pedido de análise do documento “Pronunciamento Mamoaba Agro Pastoril –
133 Nota Técnica Janeiro 2025 CAEIA-SUDEMA”, afastamento de exigência de EIA/RIMA
134 considerando a individualização e independência dos processos minerários; ausência de supressão
135 significativa de vegetação nativa; plena conformidade com a legislação ambiental aplicável;
136 natureza agrícola e antropizada das áreas de lavra; reconhecimento da regularidade dos processos
137 minerários em andamento, permitindo-se sua continuidade conforme os estudos e licenciamentos
138 específicos. **Local do empreendimento:** Fazenda Mamoaba, Zona Rural, Pedras de Fogo-PB. **4.8.**
139 **Análise do Processo SUDEMA nº 2024-002537/TEC/RLO-0535 - MAMOABA AGRO**
140 **PASTORIL S.A. – Em Recuperação Judicial - Tipo de processo:** Pedido de análise do
141 documento “Pronunciamento Mamoaba Agro Pastoril – Nota Técnica Janeiro 2025 CAEIA-
142 SUDEMA”, afastamento de exigência de EIA/RIMA considerando a individualização e
143 independência dos processos minerários; ausência de supressão significativa de vegetação nativa;
144 plena conformidade com a legislação ambiental aplicável; natureza agrícola e antropizada das áreas
145 de lavra; reconhecimento da regularidade dos processos minerários em andamento, permitindo-se
146 sua continuidade conforme os estudos e licenciamentos específicos. **Local do empreendimento:**
147 Fazenda Mamoaba, Zona Rural, Pedras de Fogo-PB. **Conselheiro Relator: Ronilson José da Paz**
148 **– IBAMA.** Antes da leitura do voto, o Conselheiro Relator, Dr. Ronilson José da Paz, solicitou
149 autorização do Plenário para proceder ao relato conjunto dos itens 4.4 a 4.8 da pauta, tendo em vista
150 tratem-se de processos referentes ao mesmo empreendimento e decorrentes do mesmo fato

151 gerador. A solicitação foi aprovada por unanimidade pelos presentes. Na sequência, o Presidente
152 Substituto do COPAM, Dr. Marcelo Antônio C. Cavalcanti de Albuquerque, informou aos presentes
153 a existência de pedido de sustentação oral relativo aos referidos processos, o qual também foi
154 aprovado por unanimidade, com fixação de prazo de 15 (quinze) minutos para apresentação da
155 defesa. Em seguida, a Representante Legal da empresa, Pollyana Carla de Araujo Moura, realizou
156 sustentação oral, argumentando pela inexistência de impacto cumulativo significativo e pela
157 autonomia jurídica de cada título minerário, ressaltando o limite federal de 50 hectares por título.
158 Defendeu que as áreas estariam antropizadas há décadas, com uso agrícola consolidado, e que a
159 lavra de areia branca permitiria recuperação posterior, não podendo a soma dos polígonos ser
160 interpretada como um megaempreendimento. Solicitou, assim, o afastamento da exigência de EIA-
161 RIMA e o prosseguimento do licenciamento com estudos ambientais simplificados, eventualmente
162 condicionados à realização de diligência in loco. O Técnico do empreendimento, Raphaell José
163 Henrique Oliveira Wanderley, complementou a exposição, afirmando tratar-se de extração de areia,
164 que os processos são independentes e que as lavras ocorrerão de forma alternada, e não simultânea.
165 Na sequência, o Conselheiro Relator, Dr. Ronilson José da Paz, apresentou quadro técnico contendo
166 a área (em hectares) de cada processo — 21,55 ha; 49,35 ha; 49,46 ha; 49,97 ha; e 49,51 ha —
167 destacando que todas se encontram abaixo ou muito próximas do limite federal de 50 hectares.
168 Ressaltou, contudo, a existência de sobreposição espacial entre as áreas, bem como histórico de
169 supressão de bambu e necessidade de recuperação ambiental, com aplicação do Plano de
170 Recuperação de Área Degradada – PRAD. Houve, então, debate sobre o potencial de impactos
171 cumulativos, incluindo efeitos sinérgicos, posição manifestada pelo Ministério Público e a
172 necessidade de adequada identificação, previsão e avaliação desses impactos no processo de
173 licenciamento ambiental. Discutiram-se, ainda, precedentes e critérios aplicáveis para a exigência
174 de EIA-RIMA. Encerradas as discussões, procedeu-se à votação. O Plenário aprovou, por maioria, o
175 Parecer do Conselheiro Relator, sendo favorável ao indeferimento da solicitação apresentada pela
176 empresa MAMOABA AGRO PASTORIL S.A., mantendo-se a exigência de EIA-RIMA, conforme
177 fundamentos expostos no relato. Registraram-se votos contrários dos Conselheiros Henrique
178 Candeia Formiga e Rômulo Hamad Pereira. **4.9. Análise do Processo SUDEMA nº 2025-**
179 **005503/TEC/LI-0194 - ANDRE MAROJA PEDROSA – Tipo de processo:** Solicitação de
180 reconsideração do posicionamento técnico apresentado pela Coordenadoria de Controle Ambiental
181 – CCA. **Local do empreendimento:** Rua rio Garau, Lote F5, Qd 09, Loteamento Praia Bela, S/N -
182 Centro Pitimbu-PB. **Conselheira Relatora:** **Natália Angela Pessoa Fernandes da Silva –**
183 **SUDEMA.** Antes do relato, o Presidente Substituto do COPAM, Dr. Marcelo Antônio C.
184 Cavalcanti de Albuquerque, informou aos presentes a respeito do pedido de sustentação oral
185 apresentado pelo representante do processo, André Maroja, o qual manifestou-se posteriormente
186 pela não realização da mesma. Após leitura, discussão e votação, o Plenário aprovou, **por**
187 **unanimidade**, o Parecer da Conselheira Relatora, decidindo pelo retorno do processo à SUDEMA,
188 com orientação para que seja encaminhado ao Conselho Gestor da Unidade de Conservação,
189 recomendando-se a realização de tratativas com os demais envolvidos, com vistas à adequação dos
190 parâmetros urbanísticos aplicáveis ao Loteamento Praia Bela e demais empreendimentos inseridos
191 na Área de Proteção Ambiental de Tambaba. Determinou-se, ainda, que o requerente deverá atender
192 às solicitações registradas no SIGMA, dentre as quais: 1. Retificação do projeto arquitetônico, com
193 adoção de medidas de proteção do solo para evitar processos erosivos e assoreamento, observando
194 os parâmetros urbanísticos específicos, taxa de ocupação, índice de aproveitamento, taxa de solo
195 permeável e recuos frontal, laterais e de fundos, definidos nos Apêndices do Plano de Manejo; 2.
196 Projeto de esgotamento sanitário compatível com o projeto arquitetônico retificado, contendo:
197 planta baixa indicando a localização do sistema, com todos os distanciamentos entre o sistema, os
198 limites do terreno e a edificação; memorial de cálculo; cronograma de manutenção; atendimento à
199 ABNT NBR 17076/2024, que estabelece requisitos para sistemas de tratamento de esgoto; 3. Plano
200 de Gerenciamento dos Resíduos da Construção Civil, conforme Termo de Referência disponível no
201 site da SUDEMA; 4. Anuência da Secretaria do Patrimônio da União – SPU quanto à construção do

empreendimento, considerando que o lote está situado em área de pós-praia, a aproximadamente 20 metros da linha de preamar, tendo sido apresentada apenas a declaração de regularidade do terreno, pendente a anuência específica para construção. **4.10. Análise do Processo SUDEMA nº 2024-003071/TEC/LI-0210 - DANTAS CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA – Tipo de processo:** Apresentação de laudo de avaliação ambiental, tendo em vista o indeferimento de pedido de licenciamento ambiental. **Local do empreendimento:** Lote 26 e 26-A, Qd. 06, Loteamento Colinas de Pitimbu, Praia Bela, Pitimbu-PB. **Conselheira Relatora: Natália Angela Pessoa Fernandes da Silva – SUDEMA.** Após leitura, discussão e votação, o Plenário aprovou, **por maioria**, o parecer da Conselheira Relatora, sendo favorável retornar o processo à SUDEMA, para nova análise, realizando o buffer da Área de Preservação Permanente – APP a partir da linha de ruptura da falésia, sem considerar a reentrância da voçoroca, e assim prosseguir à análise. Ressaltando que é imprescindível a apresentação de estudo que ateste que a voçoroca em questão de fato está estável. A Conselheira relatora considerou que houve precedentes no COPAM, em processos na mesma unidade de conservação, onde foi considerado o pedido de contar a partir da linha de borda de falésia e não a borda da voçoroca para calcular a linha de Área de Preservação Permanente, pela isonomia. Registraram-se votos contrários dos Conselheiros George Emmanuel Cavalcanti de Miranda e Nino Tavares Amazonas. Ressalta-se que durante a discussão, o Presidente Substituto, Dr. Marcelo Antônio C. Cavalcanti de Albuquerque, ponderou que, para revisão da análise, seria necessária comprovação técnica da estabilidade da vossoroca, sob pena de manter-se a delimitação original de APP. O Conselheiro George Emmanuel solicitou esclarecimento sobre o alcance do voto, questionando se haveria manifestação favorável ao empreendimento. A Relatora esclareceu que não havia posicionamento favorável à construção, no momento, tratando-se apenas de reavaliação técnica. O Presidente Substituto complementou, explicando que, em decisões anteriores, o Conselho considerou somente a linha de ruptura da falésia, desconsiderando a voçoroca quando comprovada sua estabilidade, razão pela qual a Relatora vota pela aplicação isonômica do critério. O Conselheiro Nino Tavares questionou o entendimento técnico sobre a voçoroca, afirmando que, por causar reentrância na linha da falésia, poderia configurar risco semelhante. Manifestou preocupação em repetir possível equívoco de decisões anteriores e declarou ser contrário ao retorno para nova análise, defendendo o indeferimento imediato. **4.11. Análise do Processo SUDEMA nº 2022-003800/TEC/AA-0260 - WILLEM GERMAIN LEMMENS (VIABILIDADE DE IMPLANTAÇÃO DE HOTELARIA) – Tipo de processo:** Solicitação de reapreciação da decisão de indeferimento quanto à viabilidade do projeto apresentado. **Local do empreendimento:** Gleba 1 -B, Margem esquerda da Foz do Rio Miriri, Rio Tinto-PB. **Conselheira Relatora: Natália Angela Pessoa Fernandes da Silva – SUDEMA.** Antes da leitura do relato, o Presidente Substituto, Dr. Marcelo Antônio C. Cavalcanti de Albuquerque, informou ao plenário sobre a solicitação de sustentação oral, a qual foi aprovada por unanimidade. Na sequência, a Representante Legal Marina Motta Benevides Gadelha apresentou argumentos em defesa da viabilidade do empreendimento, destacando: alegado vício formal no indeferimento emitido pela Diretoria Técnica da SUDEMA; caráter extemporâneo e não vinculante do parecer do ICMBio; suposta compatibilidade do projeto com o Plano de Manejo da APA; ajustes realizados ao longo da tramitação; ausência de fundamentação conclusiva quanto ao estágio da vegetação; e necessidade de considerar o potencial turístico da região. Em seguida, a Conselheira Relatora iniciou a leitura de seu voto, apresentando o histórico completo do processo e concluindo que: o empreendimento situa-se integralmente na Zona de Conservação dos Recursos Naturais, área especialmente protegida; há múltiplas restrições ambientais incidentes (APPs, vegetação nativa em estágio médio/avançado, restinga, falésia etc.); o parecer do ICMBio é tecnicamente fundamentado e indica inviabilidade ambiental; a implantação do projeto exige supressão de vegetação protegida pela Lei da Mata Atlântica; e o uso pretendido é incompatível com o zoneamento estabelecido no Plano de Manejo. Assim, votou pelo acompanhamento integral do parecer técnico e pela manutenção da decisão de inviabilidade, propondo apenas a correção formal do ofício, com inclusão da assinatura do Diretor-Superintendente caso o Conselho entendesse existente o vício alegado. Iniciadas as discussões,

registraram-se divergências quanto ao suposto vício formal: parte dos conselheiros entendeu não haver irregularidade na assinatura do ofício pela Diretora Técnica; outros defenderam que a questão deveria ser analisada previamente, por configurar matéria prejudicial ao exame do mérito. Quanto aos aspectos técnicos, diversos conselheiros apontaram insuficiência de estudos no processo, sobretudo a ausência de inventário florestal, levantamentos fitossociológicos ou outros elementos capazes de confirmar ou afastar as conclusões do ICMBio. No que se refere à viabilidade do empreendimento, alguns conselheiros destacaram que uma negativa imediata poderia inviabilizar a realização de estudos futuros, enquanto outros sustentaram que a viabilidade não poderia ser concedida na ausência de base técnica suficiente. Surgiu, inclusive, proposta de converter o processo em Licença Prévia, permitindo a apresentação de estudos mais completos, especialmente considerando o potencial de desenvolvimento turístico da região Norte. Contudo, outros conselheiros enfatizaram que, à luz do princípio da precaução, a proteção ambiental deve prevalecer diante das incertezas apresentadas. Diante da falta de segurança técnica para deliberação definitiva sobre a viabilidade, foi apresentado pedido de vistas, subscrito pelos Conselheiros Henrique Candeia Formiga e Dr. Ronilson José da Paz, visando análise aprofundada do processo, estudo detalhado do Plano de Manejo da APA, reexame dos elementos técnicos do ICMBio e da SUDEMA, bem como das alegações da parte interessada. O pedido de vistas foi aprovado por unanimidade, sendo o processo retirado de pauta.

4.12. Análise do Processo SUDEMA nº 2024-005944/TEC/LP-0093 - ENGER ENGENHARIA DA CONSTRUCAO CIVIL LTDA – Tipo de processo: Reconsideração da decisão administrativa que indeferiu o referido processo. **Local do empreendimento:** Rua Américo de Souza Falcão, S/N, Centro, Lucena-PB. **Conselheira Relatora:** **Natália Angela Pessoa Fernandes da Silva – SUDEMA.** O Presidente Substituto, Dr. Marcelo Antônio C. Cavalcanti de Albuquerque, informou a retirada de pauta do referido processo devido à solicitação por parte dos representantes do empreendimento, registrada no processo.

5. Franqueamento da Palavra. Durante o Franqueamento da Palavra, o Presidente Substituto do COPAM, **Dr. Marcelo Antônio C. Cavalcanti de Albuquerque**, submeteu à votação a proposta de alteração da data da 810ª Reunião Ordinária, inicialmente prevista para **09 de dezembro de 2025**, para o dia **16 de dezembro de 2025**. A proposta foi **aprovada por unanimidade** pelos presentes. Na ocasião, o Presidente Substituto aproveitou para convidar todos os conselheiros para a última reunião do ano, na qual será oferecido um café da manhã.

6. Encerramento dos Trabalhos. **Por fim, o Presidente Substituto do COPAM, Dr. Marcelo Antônio C. Cavalcanti de Albuquerque**, encerrou a 809ª Reunião Ordinária, agradecendo a presença de todos, e convocando para a 810ª Reunião Ordinária que ocorrerá no dia 16 de dezembro de 2025. **Assim sendo, eu _____ Roanny Viana de Barros, Secretária Executiva do COPAM, lavrei a presente Ata, que é assinada por mim e pelos Conselheiros.**

Isis Rafaela Rodrigues da Silva <i>Presidente do COPAM</i>	Marcelo Antônio C. Cavalcanti de Albuquerque <i>Presidente Substituto do COPAM</i>	Roanny Viana de Barros <i>Secretária Executiva do COPAM</i>	
Luis Eduardo de Vasconcelos Chaves <i>Conselheiro – CREA</i>	Antonio Pedro Ferreira Sousa <i>Cons. Suplente – CREA</i>	Nino Tavares Amazonas <i>Conselheiro – IBAMA</i>	Ronilson José da Paz <i>Cons. Suplente – IBAMA</i>
Alfredo Nogueira da Silva Neto <i>Conselheiro – CREA</i>	Henrique Candeia Formiga <i>Cons. Suplente – CREA</i>	Natália Angela Pessoa Fernandes da Silva <i>Conselheira – SUDEMA</i>	Joanna Regis Nóbrega Sobreira <i>Cons. Suplente – SUDEMA</i>
Izaias Romário Soares do Nascimento <i>Conselheiro – CREA</i>	Domingos de Lelis Filho <i>Cons. Suplente – CREA</i>	Alcienia Silva Albuquerque <i>Conselheira – SUDEMA</i>	Taissa Regis dos Santos <i>Cons. Suplente – SUDEMA</i>

Luiz Antônio de Medeiros Marques <i>Conselheiro – CREA</i>	Giovanne di Lorenzo Trigueiro <i>Cons. Suplente – CREA</i>	Priscila Marsicano Soares Negri <i>Conselheiro – SUDEMA</i>	Lucas Coutinho Fernandes <i>Cons. Suplente – SUDEMA</i>
Regeildo Costa <i>Conselheiro – CREA</i>	Adriano Pereira de Figueiredo <i>Cons. Suplente – CREA</i>	Umbelino J. Peregrino de Albuquerque <i>Conselheiro – SUDEMA</i>	Eloízio Henrique H. Dantas <i>Cons. Suplente – SUDEMA</i>
Marcelo Antônio C. Cavalcanti de Albuquerque <i>Conselheiro – SUDEMA</i>	Ítalo Ricardo Amorim Nunes <i>Cons. Suplente – SUDEMA</i>	Claudia Coutinho Nóbrega <i>Conselheira – ABES</i>	Virgílio Gadelha Pinto <i>Cons. Suplente – ABES</i>
Pablo Fonsêca Guedes Pereira Máximo <i>Conselheiro - IPHAEP</i>	Rodrigo Isidro Gomes de Queiroz <i>Cons. Suplente – IPHAEP</i>	Jaciana da Silva Oliveira Lima <i>Conselheira – CIEP</i>	Maria do Socorro de Brito Silva <i>Cons. Suplente – CIEP</i>
José Walter Borborema Arcoverde <i>Conselheiro – FIEP</i>	Rômulo Hamad Pereira <i>Cons. Suplente – FIEP</i>	George Emmanuel Cavalcanti de Miranda <i>Conselheiro – APAN</i>	Maria Rossana da Costa Silva <i>Cons. Suplente – APAN</i>
Dra. Cláudia Cabral Cavalcante <i>Conselheiro - MPPB</i>	<i>Cons. Suplente – MPPB</i>	Joaquim Hugo Vieira Carneiro <i>Conselheiro - SEDAP</i>	Demilson Lemos de Araújo <i>Cons. Suplente – SEDAP</i>

288

289 **Publicada no DOE em 17 de dezembro de 2025.**

290